

**ESCRITA DA HISTÓRIA, UNIDADE E INTEGRAÇÃO NACIONAL NAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS (1889-1931)**

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA\*

*Ainda estou, e quando deixarei de estar? sob a impressão grandiosa e boa do Rio de Janeiro, um caleidoscopio a que ninguém resiste e com que todo mundo se deleita. Doces recordações do Rio intelectual e artístico, do Rio unico no mundo pelas suas belezas naturaes, do Rio transformado a todos os respeitos me prendem e me captivam. E eu fui de uma rara felicidade nessa terra hospitaleira... Poderei esquecer jamais o Instituto Histórico com seu Secretario Perpetuo tão trabalhador, tão amável, tão cavalheiroso. E esse Vieira Fazenda, bibliotheca viva, ambulante, tão erudito e profundo conhecedor dos homens e dos factos Fluminenses? E esses dedicados e inteligentes rapazes que tendo a frente o indefesso Lafayette colaboram para o brilho da mais importante e sympathica Associação de letras e sciencias de que se orgulha o Paiz? E esses investigadores, como eu, do passado da nossa historia que fazem dos salões do Instituto o campo de suas operações, o theatro de suas fadigas patrioticas? Não, não é possível esquecel-os, antes não canço de lamentar ter sido tão curto o tempo em que tive a ventura de os conhecer e admirar; mas não há que fugir à fria realidade: centenas e centenas de léguas me separam do caro amigo e confrade Max Fleiuss; a distancia, todavia, não diminuirá nossas mutuas sympathias, não afrouxará os laços que nos prendem (STUDART, 1907).*

Em dezembro de 1907, após sua estada no Rio de Janeiro onde seus filhos estudavam em Colégio interno, Guilherme Studart escreve a Max Fleiuss a fim de relatar sua viagem de volta a Fortaleza, segundo ele demorada, mas sem incidentes. Na carta, o médico e historiador cearense aproveita para apresentar algumas impressões acerca de sua temporada na capital. Descrita como um irresistível caleidoscópio, a cidade provocaria deleite por suas belezas naturais, hospitalidade e riqueza intelectual e artística. Justamente por isto, a referência a um caleidoscópio não deve ser atribuída ao acaso. Objeto óptico formado por fragmentos de vidros coloridos que através do reflexo da luz exterior produz, em movimento, belas e

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP.

variadas combinações visuais, o caleidoscópio é normalmente utilizado para fornecer padrões de desenho geométrico. Sua utilização como metáfora de representação do Rio de Janeiro simboliza a visão de Studart sobre a então Capital Federal: agradável, composta por muitas cores naturais e pela movimentação, a cidade seria atrativa e forneceria padrões para as demais regiões do país. O efeito de atração da física bem representaria a sensação provocada pelo Rio de Janeiro em seus visitantes brasileiros. Evidentemente, escrevendo a Fleiuss, Studart não deixa de exaltar e agradecer ao secretário perpétuo do IHGB que o havia acolhido, bem como exalta o historiador, e médico como ele, José Vieira Fazenda e o jurista Lafayette Rodrigues Pereira, o Conselheiro Lafayette. Este último “indefesso”, incansável; o primeiro, uma “biblioteca viva”. Todos eles figuras que abrihantariam o IHGB, associação da qual, segundo Studart, se orgulhava o país. O Instituto seria um “campo de operações”, um “teatro patriótico”. Podemos dizer, um teatro no qual estes personagens se encontravam, física e/ou intelectualmente, em prol da escrita da história nacional, mesmo que a realidade da distância geográfica os separasse. Carregada de peso simbólico, a frase utilizada por Studart para encerrar a carta nos serve de inspiração para este texto. Por isto, tornamos a citá-la: “(...) centenas e centenas de léguas me separam do caro amigo e confrade Max Fleiuss; a distancia, todavia, não diminuirá nossas mutuas sympathias, não afrouxará os laços que nos prendem”. É esta relação – pragmática e subjetiva – entre distância e aproximação que atuará como fio condutor deste texto, permitindo a problematização da escrita da história do Brasil nas primeiras décadas republicanas.

Neste período, considerado de profissionalização do campo historiográfico no país, o IHGB investiu na expansão pelo território na tentativa de organizar um esforço coletivo em prol da história pátria. Já existentes ao longo do século XIX, os Institutos regionais contribuiriam para a unidade e a legitimidade da história de um país marcado pela heterogeneidade, pelo passado colonial e escravista e pela miscigenação. Além de produzirem estudos sobre a história regional, estas instituições forneceriam fontes para a escrita da história nacional, considerando-se ser a pesquisa documental a principal diretriz para o ofício do historiador, sobretudo nas décadas iniciais do século XX. Como lembra Angela de Castro Gomes, mais importante do que a produção de textos originais, era a “busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento’ do documento” (GOMES, 1996: 122). O contato entre estas instituições e sua sede nacional no Rio de Janeiro, além de trazer consequências temáticas e

metodológicas para a escrita da história, fortaleceria a unidade e a identidade nacionais. Ao inserir mais claramente as diferentes regiões brasileiras na história nacional, estas trocas intelectuais e institucionais evitariam a centralização dos acontecimentos na Capital Federal. Para um país que se transformava geograficamente e buscava unidade cultural e territorial, era preciso alcançar unidade na construção de uma história oficial. Não cabiam histórias isoladas, mas sim a construção de uma narrativa que conferisse unidade à grande diversidade brasileira.

Destacamos que as autoridades republicanas defrontaram-se com diferentes questões em torno da delimitação do território brasileiro. A figura mais atuante neste processo foi o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, ano de sua morte, e presidente do IHGB a partir de 1908. Rio Branco foi defensor da integração não apenas nacional como também regional, tendo, neste sentido, aproximado o Brasil dos seus vizinhos ibero-americanos – relação vista com desconfiança durante o regime monárquico<sup>2</sup>. Responsável pelo arbitramento favorável ao Brasil na questão do Amapá, em 1900, e pela anexação do Acre, em 1903, além da fixação de limites com a Guiana, a Colômbia, o Uruguai e o Peru, o Barão fez uso dos seus conhecimentos históricos e geográficos adquiridos por meio de pesquisa em acervos do Itamaraty e do IHGB, compostos em grande parte por documentos e mapas enviados pelos Institutos regionais. Fica claro que neste período a integração nacional mais do que um problema histórico e identitário, constituía-se numa notável preocupação política do governo republicano. Deste modo, após um período de conflitos entre este e o IHGB, caracterizado por seus vínculos diretos com a monarquia, o Barão acabou atuando como conciliador entre a instituição e o novo regime ao tornar seu trabalho útil aos objetivos governamentais, especialmente no que se refere à política externa. Segundo Lúcia Guimarães, o Barão “estabeleceu uma via de mão-dupla entre a chancelaria e a ‘corporação’” (GUIMARÃES, 2007: 31). “Utilizava-se da pretensa neutralidade das instituições acadêmicas” (GUIMARÃES, 2007: 31) para emitir pronunciamentos e fortalecer sua posição no MRE, ao mesmo tempo em que angariava prestígio e verbas para o Instituto que se via no ostracismo desde 1889. A história, portanto, exercia importante papel político na garantia de unidade e integração nacional. Afinal, ainda a mestra da vida, forneceria exemplos

---

<sup>2</sup> Para um estudo sobre a aproximação entre o Brasil e os países ibero-americanos, com destaque para a Argentina, pela via da escrita da história, ver: BARCELOS, Ana Paula. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: FUNAG, 2011.

para a construção do futuro. Ao contrário do que Reinhart Koselleck (2006) aponta ter ocorrido com o *topos historia magistra vitae* após o Iluminismo, nas sociedades de formação ibérica e católica a história permaneceu ensinando e construindo o porvir, mesmo que tenha se encontrado com a perspectiva de progresso iluminista. Com a história seria possível aprender valores e experiências necessários para a legitimação da nação; ela ainda uniria as diferenças de um país amplo, heterogêneo e em busca de identidade.

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em sua relação com o IHGB, bem se insere neste processo. Fundado em 1887 como uma sociedade civil de caráter científico e cultural, o Instituto teve como objetivo e motivação a necessidade de tornar conhecidas a história e a geografia da província, até então com pouca visibilidade no cenário nacional. Entre seus fundadores estavam políticos, médicos e jornalistas, incluindo-se o aqui citado Guilherme Studart, presidente da instituição entre abril de 1929 e setembro de 1938 e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará, título herdado do pai John Studart. Formado em Medicina na Bahia, Studart exerceu a profissão por anos, mas também dedicou-se à atividade política e intelectual. Participou do movimento abolicionista no Ceará como membro da Sociedade Cearense Libertadora, mas por discordar dos seus meios de atuação a abandonou e fundou uma nova sociedade: o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, fundado em 1882. A atuação deste Centro na abolição da escravidão no Ceará é considerada de grande relevância, conseguindo que entre 1883 e 1884 todos os escravos da província fossem libertos, bem antes da assinatura da Lei Áurea. Católico militante, Studart recebeu o título de barão de Santa Fé por intermédio de Dom Joaquim Vieira, bispo do Ceará, e foi membro atuante da Sociedade São Vicente de Paulo e do Círculo Católico de Fortaleza, sendo um dos organizadores do seu estatuto. Membro do IHGB, publicou inúmeros trabalhos sobre a história do Ceará numa tentativa de preservar a memória da região. A *Revista do Instituto*, criada logo em seu primeiro ano de funcionamento, foi um palco privilegiado onde biografou os grandes personagens da província, organizou e legitimou suas datas históricas, listou os principais periódicos da região (tema pelo qual nutria grande interesse) e demonstrou sua influência ao trazer para a publicação textos de intelectuais de renome nacional, como Capistrano de Abreu<sup>3</sup> (cearense já bastante reconhecido na esfera nacional). Em geral, estas informações

---

<sup>3</sup> No recorte cronológico aqui analisado (1889-1931), Capistrano de Abreu publicou 4 artigos na *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. As referências são as seguintes: “Vaz de Caminha e sua carta”. Ano XXIV.

vinculavam-se ao período colonial, privilegiado pela publicação e por Studart no trabalho de compilação de documentos e organização de acervos. Contribuiu, assim, para a construção de uma identidade local, inserida, evidentemente, em um quadro nacional que lhe conferiria sentido e legitimidade.

Com este objetivo, Studart se empenhou em dar lugar de destaque à história do Ceará em meio ao contexto nacional. Em artigo de 1918, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, no qual busca listar os estrangeiros que visitaram a província e as impressões por eles relatadas, Studart cobra um inventário contendo tudo o que estes estrangeiros publicaram sobre ela. Diz que algumas listagens bibliográficas até existiam, mas tratavam do Brasil como um todo e dos Estados de maior evidência, “deixando na penumbra aquelles tidos em segundo plano” (STUDART, 1918: 191). Isto teria resultado na falta de conhecimento da produção bibliográfica sobre o Ceará. Assim, esclarece seu objetivo com o artigo: “Proponho-me com as paginas, que vão a seguir, preencher em parte e modestamente a lastimavel lacuna” (STUDART, 1918: 192). Diz que seu balanço bibliográfico não será muito longo (apesar de sua versão final conter 83 páginas), já que a província nunca fora muito interessante para os estrangeiros: para os naturalistas, sua fauna e flora seriam pobres, comparadas com as da Amazônia; os etnógrafos e etnólogos também nunca se interessaram por ela. Quanto aos historiadores, sua crítica é ácida:

*Si passarmos aos historiadores teremos os mesmos reparos a fazer, a pouco montando a contribuição delles. E neste particular a culpa em grande parte é dos Brasileiros. A Historia do Brasil é da Bahia para o Sul, cabendo um pouco a Pernambuco e isso por motivo do período Hollandês; os mais Estados do Norte não possuem nem historia nem mesmo chronica, parece.*

(...)

*Assim sendo, porque o Ceará não é procurado dos estrangeiros por suas próprias condições naturaes, e porque os que escrevem a historia do Paiz occultam o que*

---

Tomos XXIV. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1910. Fortaleza: Typographia Minerva, 1910, p. 134-147; “Em memória de Eduardo Prado”. Ano XXXIII. Tomo XXXIII. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1919. Fortaleza: Typographia Minerva, 1919, p. 286-293; “Ceará e Rio Grande”. Ano XXXV. Tomo XXXV. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1921. Fortaleza: Typographia Minerva, 1921, p. 141-145; “Um livro sobre a Marquês de Santos”. Ano XXXV. Tomo XXXV. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1921. Fortaleza: Typographia Minerva, 1921, p. 285-298. Destacamos ainda que Capistrano e o Barão de Studart mantiveram intensa correspondência. Conforme informação dada por Valdelice Girão (2010), Capistrano reconhecia no Barão um dos maiores pesquisadores e colecionadores de documentos sobre a história colonial do Ceará.

*tem o Ceará de recommendavel, bello e digno de figurar nos annaes patrios ou só ás carreiras lhe fazem referencias, não avulta o numero de auctores estrangeiros que tratem a nosso respeito e consequentemente não será longa a enumeração de obras que nos interessem de perto (STUDART, 1918: 192-193).*

O Barão finalizou sua introdução ao artigo demonstrando o desejo de que seus apontamentos servissem como ponto de partida para outros estudos sobre o assunto. Fica clara neste texto sua preocupação em corrigir uma lacuna deixada por um olhar sobre a história do Brasil excessivamente situado nas regiões consideradas de maior importância, o Sul do país. A história se daria apenas da Bahia para baixo, com alguma atenção para Pernambuco em razão do período holandês no século XVII. Se os estrangeiros não olhavam para as demais províncias, era porque os brasileiros também não o faziam. O que de “recomendável, belo e digno” teria o Ceará era esquecido ou referido muito brevemente.

A centralização política no Rio de Janeiro, ampliada a partir de 1840, com o início do Segundo Reinado e a construção do Estado Imperial, processo analisado por Ilmar Rohloff de Mattos (2011), enfraqueceu as províncias do Norte que perderam muito em termos de visibilidade política. Seus intelectuais, portanto, viviam este clima de descontentamento em razão da pouca representatividade política, mas, ao mesmo tempo, usufruíam de certa liberdade de diálogo e pensamento. Estes diálogos foram bem exemplificados por intelectuais cearenses e pernambucanos, lembrando ser comum nos círculos intelectuais cearenses a conclusão da formação na Faculdade de Direito do Recife. Neste sentido, sobretudo a partir da década de 1870, havia grande efervescência intelectual no Ceará e o debate sobre questões políticas e sociais representativas da época, como é o caso do abolicionismo. Segundo informa Ana Alice Menescal (2012), em artigo sobre os estudos indígenas trazidos à luz pelo Instituto do Ceará, é neste contexto que a instituição se forma e ganha projeção, mas no final da década de 1880 caiu em descrédito devido à forte associação entre religião e ciência presente em sua orientação teórica e ideológica. Este processo foi ampliado com a proclamação da República, marco enfatizado neste texto, o que, contudo, não impediu que seus sócios mantivessem os vínculos com a Igreja e defendessem a união entre ciência e fé, com a segunda sobreposta à primeira. Perspectiva amplamente presente no Barão de Studart, aqui trabalhado em diálogo com o também católico Max Fleiuss, representando o IHGB.

Interessante que as principais referências metodológicas de Studart eram positivistas. Daí sua preocupação com a busca e organização de documentos e a produção de uma escrita da história basicamente factual, ligada à história política e administrativa. Afinal, este seria o melhor caminho na construção de um passado glorioso que destacaria o Ceará diante da história nacional.

A trajetória, o pensamento e a atuação profissional de Max Fleiuss já analisamos em outra ocasião<sup>4</sup>, cabe aqui destacar que o secretário perpétuo do IHGB, jornalista e bacharel em direito, foi figura de grande relevância nos intercâmbios intelectuais promovidos pelo Instituto. Sócio de instituições científicas em diversos países, Fleiuss se empenhou em manter o IHGB em constante diálogo com o que era produzido ao redor do Brasil e no exterior. Mediou diretamente empreendimentos de intercâmbio intelectual em diferentes ocasiões e participou de um amplo projeto de integração regional para a Ibero-América desenvolvido, em especial, entre as décadas de 1920 e 1940. Além disto, exercendo sua função no IHGB e na tentativa de enriquecer seu acervo, apoiou os Institutos regionais, tornando-se membro de todos eles, inclusive do Instituto do Ceará aqui focalizado. Fleiuss foi ainda figura central na renovação do Instituto no início do século XX, diante do ostracismo em que se encontrava após a proclamação da República, conforme já dissemos. Em parceria com Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, todos monarquistas e católicos, se empenhou em inserir o IHGB no contexto republicano sem abandonar o passado e a tradição. A aproximação com o Itamaraty e com o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 foram estratégias, em grande parte, lideradas por ele e seus companheiros da “trindade do Silogeu” (Fleiuss, Afonso Celso e Ramiz Galvão), assim denominada por Lúcia Guimarães (2007: 59).

Figuras representativas dos interesses e diretrizes das instituições que representavam, Studart e Fleiuss mantiveram um contato intelectual que nos serve de janela de reflexão para a inserção das histórias das diferentes regiões do Brasil na escrita de uma história nacional. Considerando-se o campo historiográfico como um campo de disputas, esta análise nos permite perceber os aspectos privilegiados e os esquecidos neste processo de elaboração da história de um país marcado por características de exclusão que envolvem a conquista de alteridade. Disputas que se referem, concomitantemente, à busca por espaço das histórias das

---

<sup>4</sup> Refiro-me ao livro de minha autoria já citado na nota 2: *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*.

províncias na história do Brasil. Afinal, nas palavras de Studart já citadas, “a História do Brasil é da Bahia para o Sul”. Em sua crítica, os historiadores nunca olharam para as províncias do Norte, muito mal para Pernambuco. Ademais, destacamos uma relação de trocas, mas também de conflitos entre a periferia – representada pelo Instituto do Ceará – e o centro – representado pelo IHGB. Por meio desta perspectiva é possível perceber os acordos, as negociações e os projetos comuns em torno da escrita da história do Brasil e as expectativas de indivíduos como Studart na busca por reconhecimento pessoal e profissional na Capital Federal (centro) e pela participação da sua região (periferia) nesta história. Estas trocas interessavam a ambos os lados, já que para o IHGB também era importante e necessária a relação com as instituições regionais, o que promoveria unidade (do ponto de vista político e histórico) para a história do Brasil, além de ricos documentos para seu acervo. Há aqui uma relação de reciprocidade entre centro e periferia que, embora não dissolva a distância e as hierarquias, revela interesses e expectativas comuns. Não esqueçamos a preocupação com a unidade interna em um momento conturbado de inúmeras transformações políticas, sociais, econômicas e territoriais, como vimos. Neste sentido, o IHGB trabalhava em acordo com os interesses políticos dos novos governos e refletia a necessidade de adaptação ao novo contexto que se apresentava.

Pensar a história nacional ganha, assim, caráter de grande relevância manifestada na organização do Primeiro Congresso de História Nacional, em 1914, e de suas edições seguintes em 1931, 1938 e 1949. Nesta pesquisa, conferimos destaque às duas primeiras edições do Congresso, 1914 e 1931, pois este foi o último com Guilherme Studart ainda vivo e ocorreu no ano da Reforma Francisco Campos<sup>5</sup>. Ocorrido entre 7 e 16 de setembro de 1914, o Primeiro Congresso teve como objetivo a organização do saber histórico, sendo estimulado por um forte contexto nacionalista. Este foi um período de muitas manifestações patrióticas, reflexo da Primeira Grande Guerra, e o interesse pelas questões nacionais acabou sobressaindo. Segundo Lúcia Guimarães (2005), foi sob influência deste contexto histórico que Manoel de Oliveira Lima, ainda em 1913, sugeriu no IHGB a organização de um congresso histórico brasileiro. O período englobado pelo evento se situaria entre os anos de 1500 e 1871, incluindo-se, como é possível perceber, boa parte do Segundo Reinado,

---

<sup>5</sup> Articulada com a ideologia autoritária de Getúlio Vargas, a reforma teve caráter nacional, determinando regras que reorganizassem e unificassem o ensino no país.

retirando-o do esquecimento ao qual fora relegado após a proclamação da República. De todo modo, a maioria dos trabalhos situava-se no período colonial, confirmando uma tendência seguida pela historiografia brasileira desde o século XIX. Foram privilegiados temas de história política<sup>6</sup>, mas a geografia também ganhou espaço com a seção “História das Explorações Geográficas”, bem como áreas ainda em desenvolvimento como a história econômica, a arqueologia e a etnografia. Um episódio que ganhou relevância no Congresso foi a restauração pernambucana, confirmando-se a crítica feita por Studart em 1918 de que os historiadores brasileiros quando olhavam para o Norte do país, referiam-se apenas a Pernambuco em razão das invasões holandesas. Neste caso, como os interesses eram claramente nacionalistas, o que ganhou destaque especial foi a restauração<sup>7</sup>. De acordo com Lúcia Guimarães, este foi “considerado um dos episódios da nossa história que melhor se prestava para estimular o patriotismo” (GUIMARÃES, 2005: 155). As províncias em 1914 – quando temos a primeira preocupação em pôr em diálogo os estudos sobre a história nacional – não tinham papel de destaque, como podemos perceber, e é contra isto que Studart já atuava e seguiria atuando até o final da década de 1930.

O Segundo Congresso, realizado entre os dias 7 e 14 de abril de 1931, teve como tema principal o centenário da abdicação de Dom Pedro I, o que bem cabia ao contexto posterior aos acontecimentos de 1930. Getúlio Vargas, que a partir de então se tornava mecenas do Instituto, presidiu o evento, acompanhado do Conde de Affonso Celso, de Oswaldo Aranha, de Afranio de Mello Franco e de Francisco Campos. Assim, como informa Lúcia Guimarães (2007), nenhuma palavra é proferida quanto ao golpe de Vargas e aparece nos discursos a defesa do direito de revolução dos povos. Em resumo, “naquela reunião acadêmica levantou-se o véu da pretensa neutralidade do ateliê dos historiadores, e legitimou-se o movimento revolucionário de outubro de 1930” (GUIMARÃES, 2007: 35). Em meio a interesses patrióticos maiores, as províncias continuaram com seus papéis secundarizados no quadro mais amplo da história nacional. As demandas da periferia não foram facilmente atendidas pelo centro, por mais que os interesses fossem recíprocos no que se refere às trocas de documentos e informações que pudessem enriquecê-la.

<sup>6</sup> Destaca-se na abordagem da história política a grande influência da chamada “escola metódica” de Langlois & Seignobos e a conseqüente ênfase nas grandes personalidades e acontecimentos de natureza política.

<sup>7</sup> O enfoque nacionalista ressaltou também, além do domínio holandês, a Revolução de 1817, em Pernambuco, e a Guerra do Paraguai.

Diante deste debate, acreditamos que, sendo um dos mais claros exemplos de empenho na organização de um vasto acervo sobre a história de uma província, o Barão de Studart se torna um instigante pretexto para a análise da relação de um Instituto regional com o IHGB. Aqui percebemos de forma notável a relação entre o regional e o nacional ou, em outras palavras, a periferia e o centro. Uma relação construída por meio de afinidades profissionais, intelectuais, políticas e ideológicas e que reflete estratégias deliberadas de reconhecimento para si mesmos e para o próprio campo dos estudos históricos. Era importante para a história do Ceará a aceitação na Capital, o centro, o “caleidoscópio” que atrai, mas também se quer atrair. Para isto, “as centenas e centenas de léguas” de distância, referidas por Studart em 1907, deveriam ser reduzidas e os laços afrouxados. Ao mesmo tempo, a história nacional desenvolvida no âmbito do IHGB demandava o diálogo com as diferentes regiões brasileiras, a periferia, para garantir que fosse uma história do Brasil e não um olhar do centro sobre si mesmo. Este processo favoreceria o fortalecimento da identidade nacional ainda tão indefinida no início do século XX e sujeita às transformações apresentadas pelo Estado republicano. Neste sentido, defendemos a hipótese de que as relações de reciprocidade entre centro e periferia são fundamentais na releitura, na profissionalização e na legitimação do conhecimento histórico. Mesmo que desiguais em alguns momentos, estas trocas baseavam a atuação de historiadores, possibilitando, inclusive, a aquisição de documentos, mapas, gravuras e outras fontes que, conforme já dissemos, definiam seu trabalho.

Para compreender esta relação entre centro e periferia partimos da leitura de Carlo Ginzburg que procura relativizar a distância entre estas esferas. Em seu artigo “História da arte italiana” (1989), o autor afirma que, durante o renascimento italiano, as cidades periféricas não estiveram afastadas das transformações que ocorriam naquelas consideradas centrais. A distância e as relações de dominação não se dissolvem, mas, ao mesmo tempo, as relações culturais e ideológicas são muitas e, para Ginzburg, seria deste processo de interações que viria a produção do conhecimento. Retomando a questão em seu livro *Nenhuma Ilha é uma Ilha* (2004), o autor ainda apresenta a circulação cultural e de ideias como parte da formação da identidade nacional inglesa em razão das trocas em diferentes âmbitos com os países continentais. Assim, define uma rede de trocas intelectuais que influenciou amplamente a produção literária inglesa. Nossa interpretação das relações entre Guilherme Studart e Max Fleiuss se baseia, em grande parte, na relativização entre centro e

periferia apontada por Ginzburg. Por meio da atuação destes historiadores e dos institutos que representam é desenvolvido um importante diálogo com consequências para a escrita da história do Brasil. Há aqui um processo de circulação cultural e de ideias que põe em contato o centro e a periferia e contribui para a produção do conhecimento.

Destacamos ainda que estes diálogos entre sujeitos históricos individuais podem ser pensados através do conceito de “afinidade eletiva” tal como trabalhado por Michael Löwy (1989), ou seja, tratamos de uma relação dialética particular entre duas esferas distintas não redutível a explicações causais. Löwy propôs a aplicação do conceito para o estudo da relação entre messianismo judaico e utopia social na passagem do século XIX para o XX, defendendo sua utilização teórica e metodológica no entendimento de diferentes aspectos da realidade social. O autor ainda acrescenta que as “afinidades eletivas” são favorecidas por condições históricas e sociais, pois “seu relacionamento e sua interação ativa dependem de circunstâncias sócio-econômicas, políticas e culturais precisas” (LÖWY, 1989: 18). É necessário, portanto, um contexto favorável para que as afinidades se manifestem. A partir de 1889, no contexto da proclamação da República e de estruturação do Estado republicano, houve o surgimento de novas questões a serem refletidas pelos historiadores. A escrita da história, até então diretamente relacionada à monarquia<sup>8</sup>, foi desafiada e questionada em meio aos valores republicanos e positivistas. Os novos rumos foram pensados por indivíduos e instituições em diálogo, com orientações políticas e ideológicas muitas vezes distintas, mas objetivos comuns: a legitimidade de um campo em profissionalização, a escrita da história nacional, a ampliação de acervos sobre a história do Brasil, entre outros. A busca de reconhecimento e legitimidade – para si próprios e para o campo historiográfico – presente na atuação destes historiadores nos leva ainda à leitura de Tzvetan Todorov (1989). Segundo ele, a conquista de legitimidade parte da relação com o Outro que nos avalia. Assim, é o pertencimento a um grupo que garante a participação em um todo social e a ruptura com o isolamento. Este processo, que ao mesmo tempo exclui e inclui, singulariza e generaliza, é necessário para a conquista de alteridade. É em meio a ele que Studart busca a interlocução de

---

<sup>8</sup> Sobre o papel do IHGB na escrita da história nacional e sua estreita relação com o Império e o Imperador Dom Pedro II, seu patrono, ver: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.

Fleius no IHGB e que este investe na integração com os Institutos regionais como forma de viabilizar dados e fontes para a escrita da história do Brasil.

Lembramos ainda que a própria construção de uma ideia de nação brasileira não estava definida na passagem do século XIX para o XX e era perpassada pelos dilemas da busca de reconhecimento e legitimidade, em especial quando tratamos de um país miscigenado, de passado colonial e escravista. Neste sentido, a história escrita pelo IHGB deveria contribuir para a legitimação de um país que enfrentava obstáculos na conquista de alteridade. Afinal, é o olhar do Outro sobre Nós que nos avalia e reconhece ou, ao contrário, rejeita e exclui. A nação brasileira em construção precisava superar este impasse para ser aceita pelos próprios brasileiros, inconformados diante de sua suposta inferioridade, e por interlocutores estrangeiros. Como afirma Claudine Haroche (2000), nas sociedades democráticas, o reconhecimento, necessário na construção da igualdade, estaria pautado numa desigualdade definida pelo mérito. Este, por sua vez, seria determinado por questões morais, pelo nascimento, pela capacidade intelectual... Enfim, por fatores que incluem excluindo, que definem aqueles que teriam ou não acesso à igualdade. A isto a autora denomina “paradoxos da igualdade” (HAROCHE, 2000: 25). Sem aquilo que nos confere mérito, o Outro não nos reconhece. Este é, em grande parte, o dilema da sociedade brasileira que se deseja europeia, mas é, na verdade, colonial e miscigenada. Historiadores como Studart e Fleiuss buscaram respostas para este dilema. A unidade e a integração nacional seriam alternativas em seu enfrentamento. A busca de destaque para as províncias também se insere neste processo. A construção da integração nacional incluía a ruptura com o isolamento entre centro e periferia e a qualificação das diferentes regiões do país no passado e no presente. Em 1892, bem antes das falas de Studart já citadas neste texto e logo após a proclamação da República, o Barão já defendia um novo papel para o Ceará no final do século XIX. Dizia que a província, entre os séculos XVIII e XIX foi lugar de muitas secas, pouco convidativo para atividades lucrativas, principalmente a mineração. Porém, no período em que escrevia, com o desenvolvimento de indústrias, este cenário vinha se modificando:

*Hoje, porem, que a industria assignala-se por quotidianas victorias e que accentua-se a iniciativa privada, o Ceará, nova Califórnia, compensará qualquer tentamen, entregando com prodigalidade ao homem habil e laborioso thesouros immensos,*

*incalculáveis, que se escondem nos sopés de suas serras e nas chapadas, de que se compõe seu sólo privilegiadamente rico* (STUDART, 1892: 114).

No presente ou no passado, era preciso destacar aquilo que qualifica a região diante de um todo mais amplo, o nacional. Através das páginas da *Revista do Instituto do Ceará*, o Barão de Studart se empenhou no alcance deste projeto e trouxe à luz datas, personagens e episódios históricos, documentos, periódicos, bibliografias, etc, até então desconhecidos acerca da história do Ceará. Para finalizar, lembramos a participação do Barão na organização das comemorações do primeiro centenário da história da imprensa no Brasil em 1908. Membro da Comissão Central, nomeado diretamente pelos sócios do IHGB, parece que Studart estava conseguindo obter visibilidade e reconhecimento no Rio de Janeiro. Em agosto de 1907<sup>9</sup>, escreveu a Fleiuss agradecendo o convite e afirmando que dedicaria todo seu esforço a esta tarefa. Em 1908, escreveu novamente com agradecimentos mais veementes:

*Escrevendo-lhe e, como sempre, o faço com o máximo prazer, sejam minhas primeiras linhas a manifestação íntima e sincera da gratidão de que estou possuído pelo telegrama que o bom amigo e os demais distintos companheiros da Comissão da Imprensa tiveram a gentileza de me dirigir. Apressei-me a responder pelo telegrapho ao amável e muito honroso convite, mas quero consignar de novo nestas linhas os meus agradecimentos pedindo-lhe que a cada um dos colegas transmita a segurança do quanto me fizeram cativo e penhorado* (STUDART, 1908).

Segundo ele, ao ter sido escolhido para a comissão, sentiu-se “cativo” e “penhorado” diante de seus colegas do IHGB. Palavras de grande força semântica, elas representam o reconhecimento recebido e, simultaneamente, a obrigação, a sujeição, daquele que é reconhecido e prestigiado. O “cativo” é um escravo. Com isto, Studart ilustra a busca de reconhecimento da periferia. Há aqui uma relação de dependência que acreditamos ser recíproca. Afinal, os sócios do IHGB não teriam escolhido um médico e historiador cearense, que vivia e atuava em sua própria província, se não vissem relevância em seu conhecimento da história do Ceará, da documentação sobre a história colonial depositada no Brasil e no

---

<sup>9</sup> Carta de Guilherme Studart a Max Fleiuss. Fortaleza, 02 de agosto de 1907. Acervo: IHGB.

exterior e, quiçá, em sua constante reivindicação da participação de diferentes regiões na história do Brasil. Destacamos, por fim, que embora tenhamos enfatizado neste texto nos diálogos profissionais entre Studart e Fleiuss, as cartas entre eles trazem muito de um contato pessoal tecido em reuniões sociais, jantares familiares e encontros informais. Ambos tratam-se mutuamente por expressões como “muito seu”, “velho amigo”, “ilustre amigo”; a estima, o apreço, a consideração, o prazer e a amizade são sempre referidos em suas cartas. Entre encontros e desencontros profissionais e pessoais foram sendo tecidas relações que descortinam afinidades e dão margem para o debate sobre a escrita da história, a unidade e a integração nacional na passagem do século XIX para o XX no Brasil.

#### **Fontes:**

Carta de Guilherme Studart a Max Fleiuss narrando impressões sobre sua estada no Rio de Janeiro. s/l, 07 de dezembro de 1907.

Carta de Guilherme Studart a Max Fleiuss. Fortaleza, 02 de agosto de 1907.

Carta de Guilherme Studart a Max Fleiuss. Fortaleza, 29 de abril de 1908.

STUDART, Guilherme. “Extrangeiros e o Ceará”. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Ano XXXII. Tomo XXXII. 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1918. Fortaleza: Typographia Minerva, 1918, p. 191-274.

\_\_\_\_\_. “O Ceará no tempo de Miranda Henriques...” *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Ano VI. Tomo VI. 1º Trimestre de 1892. Fortaleza: Typographia Economica, 1892, p. 73-114.

#### **Bibliografia:**

BARCELOS, Ana Paula. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: FUNAG, 2011.

GINZBURG, Carlo. “História da arte italiana”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (Org.). *A Micro-história e outros ensaios*. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989, p. 5-93.

\_\_\_\_\_. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Cia das Letras, 2004.

- GIRÃO, Valdelice Carneiro. “Barão de Studart: o colecionador”. In: *Arquivos do Barão de Studart*. Fortaleza: Instituto do Ceará/ Ministério da Cultura, 2010, p. 27-31.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. RJ: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. RJ: Museu da República, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX”. *Tempo*, Rio de Janeiro, 2005, n. 18, p. 147-170.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HAROCHE, Claudine. “Les paradoxes de l'égalité: le cas du droit à la reconnaissance”. In: KOUBI, G.; GUGLIELMI, G. *Les égalités des chances*. Paris: La Rècouverte, 2000, p. 25-35.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia: O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. SP: Cia das Letras, 1989.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 5ª Ed. SP: Hucitec, 2004.
- MENESCAL, Ana Alice Miranda. “A história trazida à luz: o Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas”. *Tarairiú*. Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano III, v. 1, n. 4, abril/maio de 2012, p. 47-63.
- TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.